

267

CONSIDERAÇÃO SÔBRE AS ATIVIDADES DO GRUPO

ALCAN NO BRASIL - EXPANSÃO PROGRAMADA

JORGE FRAGOSO⁽¹⁾ - ALCAN

Vamos fazer algumas considerações sôbre as atividades do grupo ALCAN, no Brasil e, sua expansão programada.

Primeiramente, com relação ao Alumínio primário.

No fim do govêrno do Marechal Castelo Branco, o EPEA (Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada), do Ministério do Planejamento, encarregado de fazer o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil, fêz-se um levantamento das possibilidades de desenvolvimento da Indústria de produção de alumínio primário, no Brasil. Foram ouvidas não sôas autoridades governamentais envolvidas no problema, como também e, principalmente, as emprêsas que já produzem no país, como a Alumínio Minas Gerais S/A, do grupo ALCAN, a Cia Brasileira de Alumínio e também a Cia Mineira de Alumínio (ALCOMINAS), cuja fábrica deverá ser implantada em Poços de Caldas. Foi publicado em março de 67, no tomo 5, "Indústrias de Metais Não Ferrosos, "Vol IV, um estudo que mostra ser possível em 1971, o Brasil já seja autosuficiente em Alumínio, mas que não terá sobras para exportação, como seria desejável para a América Latina, (ALALC). Ficou também evidenciado que, embora o Brasil seja provido de abundante potencial hidro-elétrico, tendo portanto, possibilidades de ter energia barata, e tendo também reservas satisfatórias de minérios de alumínio, como a bauxita, tem 6 condições adversas muito importantes que tem retardado essa expansão das citadas industria no Brasil. Essas 6 condições são:

- 1º) Energia elétrica muito cara, que resulta da política do govêrno de gerar fundos para ampliação da Indústria de geração de energia elétrica, através de seus usuários. As tarifas são calculadas com repagamento do investimento demasiadamente rápido.
- 2º) Soda cáustica a preço exagerado, devido ser importada com proteção aduaneira elevada, ou com tarifas reduzidas, mas com exigências de contingenciamento

(1) Diretor Presidente da ALCAN
Alumínio do Brasil.

- de compra de soda cáustica nacional, que tem preço de custo muito exagerado.
- 3º) Óleo combustível também a preço muito alto, principalmente, por causa de impostos.
 - 4º) Fluoretos indispensáveis à indústria, como a criolita e o fluoreto de alumínio importados, pagando direitos alfandegários.
 - 5º) Coque de petróleo, também importados, cujo preço pôsto p/ fábrica ainda que sem pagar direitos alfandegários, resultam muito mais caros para nós, que p para concorrentes internacionais. A Petrobrás tem planos para produzir, dentro de poucos anos, coque de petróleo verde, do qual a maior proporção será usado na siderurgia. É preciso que então tenha preços competitivos, em relação ao produtor concorrente.
 - 6º) Finalmente, a taxa de juros demasiadamente alta no Brasil, onera as necessidades de capital de giro, e consequentemente, o custo do produto.

No estudo do EPEA, ficou evidenciado que em 1966/67, o custo do alumínio no Brasil, era 78% superior ao custo em outros países, índice que a produção é feita para competição mundial. Êste custo mais elevado, traz como consequência, um certificado no Brasil, no preço de venda no alumínio, que na mesma época era 50% mais caro que o preço no mercado mundial. Sem dúvida, êsse preço elevado de alumínio, no Brasil, tem atrasado o aumento do consumo do produto no país.

Em 1966, por exemplo, o Brasil consumiu 78 mil toneladas, que corresponde a um consumo per capita da ordem de 920 gramas por habitantes/ano. Ora, o consumo mundial per capita é de 1,5 Kg/hab/ano: bem maior que o consumo nacional.

O Brasil, tal como a China, a India, a Indonésia e outros países de elevado índice populacional, contribui para defender êsse consumo mundial.

Uma comparação interessante, foi feita nos debates da última reunião do Centro Moraes Rêgo, em São Paulo. Uma tonelada de Alumínio, no Brasil, custa hoje, o equivalente a cêrca de 20 salários mínimos, ao passo que nos EE.UU e no Canadá, custa apenas de 2 a 3 vé

zes o salário mínimo correspondente. Por êsse motivo, não existe poder aquisitivo na nossa população para aumentar o consumo de alumínio.

No estudo feito pelo EPEA, foi previsto um aumento de consumo até 1971, para 100.000 toneladas, e mesmo assim dará um consumo per capita muito baixo.

A seguir, apresentamos uma revisão atualizada do consumo brasileiro de alumínio primário e secundário para os próximos anos, incluindo também dados estatísticos de 1966 e previsão para 67. Em resumo, está previsto para 1969, um consumo de 91 mil toneladas, mais uma contribuição de 10 mil toneladas de metal secundário, e nós do Grupo ALCAN, pretendemos estar produzindo nesta ocasião 26 mil toneladas ou seja, 28,5% do total. Já em 1972, para um consumo estimado de cerca de 123 mil toneladas com a contribuição de metal secundário de 13 toneladas, pretendemos estar produzindo 51 mil toneladas, ou seja 37,5% do total. Para ampliar essa nossa participação no mercado, executaremos os planos de expansão através de ampliações e modificação, na modernização da retificação de correntes, com instalação assim como, iniciar em 1969 a instalação de uma terceira redução para começar a operação em 1971. As reservas de Alumínio para tal ampliação, já estão asseguradas através de descobertas e aquisição por concessão de lavra de vários de pósitos da área de Ouro Preto, Mariana, Barão de Cocais, e outros municípios da zona metalúrgica de Minas Gerais, onde estão cubadas cerca de 15 milhões de toneladas de bauxita, apropriada para a produção de alumínio pelo processo Bayer. É interessante assinalar que a bauxita da área de Ouro Preto que é de teor de alumina relativamente baixo, sendo em contrapartida para compensar êsse fator negativo, de teor de silício muito baixo, que é favorável ao menor gasto de soda cáustica.

O grupo ALCAN tem também algumas reservas de bauxita na área de Poços de Caldas, que serão aproveitadas oportunamente. Temos continuamente, feito pesquisas de bauxita em todo o território nacional, para que se possa definir nos devidos tempos, nos anos futuros, para a extração de alumínio no Brasil.

A outra matéria prima, pode-se assim dizer, para o Alumínio, é a energia elétrica. Para atender a essa expansão até 51 mil toneladas anuais, está sendo contada como disponível pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais S/A, (CEMIG), que hoje já fornece cerca de 65% do consumo atual da fábrica de Saramenha. Com essa finalidade, uma segunda linha de transmissão de 245 KW, está sendo construída até Saramenha devendo entrar em serviço, em maio de 1968. Espera-se o preço de

energia elétrica que, atualmente é da ordem de novos cruzeiros . . . 24/1.000 KW/hora com fator de carga de 95 %, será reduzida por decisão do Governo, tal como tem sido anunciado pela imprensa, para as firmas que têm alto consumo de energia, como é o caso do alumínio ferro-liga, carbureto de cálcio, soda cáustica, etc...

Para que o preço do Alumínio no Brasil possa ser reduzido, é necessário que o Governo providencie a redução do preço do combustível e que seja possível importar soda cáustica, sem pagamento de tarifas aduaneiras e sem contingenciamento de compra de produto nacional, cujo preço á atualmente muito exagerado. É preciso que se possa importar também sem direitos, os fluoretos que não tem similar nacional, aliás essas foram as recomendações que o grupo de trabalho do EPEA enumerou para que a indústria de alumínio se desenvolvesse no país como era necessário. Sendo tomadas essas providências, o Brasil deve e pode ser o fornecedor natural dos países da ALALC. Neste particular, deve-se mencionar dois outros países da ALALC:

O México já produzindo 25 mil ton/ano

A Venezuela, no momento produzindo 10 mil ton/ano.

A Venezuela já está se expandindo para uma produção de 20 mil ton/ano.

Ambos os países, importam alumina, e só tem as instalações de redução eletrolítica.

Há planos em estudos também para produzir alumínio no Peru, que não tem bauxita e na Argentina, além de não ter bauxita a luz elétrica é mais cara que no Brasil.

É preciso que as medidas propostas pelo EPEA, não tardem para que o Brasil possa tomar uma decisão de exportador de alumínio para a América Latina, antes que se perca esta chance.

A fábrica de Saramenha, tem hoje um significado importante para o Estado de Minas Gerais e para o País. Tem cerca de 1.100 empregados diretos e somando dos empreiteiros chega a ser de 3.000, sendo de cerca de 60 os de nível universitário. Paga de imposto (IPI), cerca de NC\$ 15 milhões por ano. Para previdência social, contribui com novos cruzeiros 1,3 milhões anuais. O conjunto de fábricas de alumínio, termoligas e cabos de transmissão de alumínio de Saramenha e a unidade fabril que consome mais energia elétrica no Brasil. Em 1967, consumiu 620 milhões de KW/h, o que corresponde a 2% do consumo total do Brasil. Depois de atingida a produção de 51 mil toneladas de alumínio em 1970, consumirá 1,2 bilhões de KW/h/ano. Em 1967 pagará a CEMIG, por conta de

seu suprimento de energia elétrica, novos cruzeiros 7 milhões. Os outros 35% são de geração própria em suas usinas.

Depois de realizada a expansão em questão para 51 mil toneladas por ano, a aquisição de energia da CEMIG será de quase 1 bilhão de KW/h/ano equivalente a NC\$ 24 milhões aos preços de KW/h vigente.

A ALUMINAS, é também a maior produtora de ferros-ligas no país, com uma capacidade de 26 a 28 mil toneladas/ano. E fornecedora de hidrato de alumínio, alumina calcinada, pastas Sodeberg para fornos de redução, e de revestimento para fornos.

Nós temos agora, o item seguinte que é a transformação do alumínio.

A ALCAN, no Brasil, transforma alumínio em praticamente todas as suas formas. Tendo no momento, a seguinte capacidade instalada de produção:

Laminados	= 15 mil ton/ano
Fôlhas	= 4 mil ton/ano
Extrudados	= 5 mil ton/ano
Utilidades domésticas	= 2.500 ton/ano
Pasta de alumínio	= 2.050 ton/ano
Peças p/ indústria de refrig. e automob.	= 400 ton/ano
Outros	= 800 Ton/ano
Cabos condut.p/linhas/trans. e distr.energ.elétrica	= 10.000 ton/ano

Convém notar que 60% dessa capacidade de laminados em suas próprias fábricas para posterior transformação em fôlhas, utilidades domésticas e artigos outros.

De acordo com o aumento contínuo de demanda do mercado de laminados, pretendemos nos próximos anos expandir a nossa capacidade de instalação como se segue:

Laminados = 15 mil para 25 mil toneladas em 1971

Extrusão = 5 mil para 10 mil

Fôlha = 4 mil para 6 mil e 400 toneladas, atingindo assim de 24 para 41 mil e 400 toneladas somente nas aplicações acima enumeradas.

Esta expansão representa um aumento da ordem de 70%. No momento atual, já se encontra em pleno andamento do primeiro passo de expansão que compreende a aquisição e instalação de uma prensa de extrusão de 2.200 toneladas, a qual deverá entrar em produção, em meados

do próximo ano.

Também nosso laminador de chapas terá sua potencia aumentada a fim de permitir um maior índice de produtividade.

Presentemente, instalamos no Nordeste do Brasil especificamente, em Aratú perto de Salvador, uma nova fábrica para produção de cabos condutores, a qual iniciará a sua nova produção em 1969, com capacidade inicial de 6 mil ton/ano.

O segundo passo para expansão da laminação de chapas, compreenderá além da construção de uma fundição moderna com fornos de alta capacidade e máquinas de fundição contínua de grande porte, a instalação de um laminador, quadro de 1.800 milímetros de largura para laminação de rolos de alumínio, até 1,5m de largura e velocidade de até 500m/minuto. Acompanhando este equipamento, teremos novas linhas de retífica e bobinamento, assim como fornos de recozimento com atmosfera controlada para tratamento de ligas com alto teor de Magnésio. E está sendo também contemplada a adição de mais um laminador de fôlhas de alta velocidade, rolos com largura de até 1.500 mm., e velocidade de 500m ou mais por minuto, para incrementar a nossa produção de fôlhas finas.

CONSIDERAÇÃO SÔBRE AS ATIVIDADES DO GRUPO ALCAN
NO BRASIL - EXPANSÃO PROGRAMADA

DEBATE:

Jorge R. Fragoso⁽¹⁾

Muller⁽²⁾

- Gostaria que o conferencista me desse uma idéia da possibilidade de exportação de lingote de alumínio brasileiro para os mercados, da Europa, América e Canadá.

Fragoso

- A produção de alumínio no Brasil ainda não atinge o consumo e, assim, sua produção é inteiramente consumida no mercado interno. Por outro lado, apesar de ter havido grandes flutuações no mercado de alumínio internacional, de alguns anos para cá a tendência é de superprodução, razão pela qual o preço internacional do alumínio é altamente competitivo. Conseqüentemente, somente quando a produção nacional se realizar em bases altamente econômicas, com custos baixos de energia elétricas e matérias primas tais como óleo combustível e soda cáustica, será possível à indústria nacional competir com os preços atualmente praticados no estrangeiro.

1) Jorge Rocha Fragoso

Diretor Presidente da ALCAN

Alumínio do Brasil

2) Arno Muller

Engenheiro Metalúrgico pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - 62

Pesquisador do Depto de Materiais - IPD/CTA

S. José dos Campos